

27 05 19



JUCESP PROTOCOLO
0.637.668/19-4

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES M

CNPJ/MF nº 13.486.793/0001-42

NIRE 35.300.392.655



**Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
realizada em 22 de abril de 2019**

1. Hora e Local: Às 08:00 horas, na sede da BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Companhia"), na Rua Iguatemi, 151, 19º andar (parte), Edifício Spazio Faria Lima, Itaim Bibi, CEP 01451-011, São Paulo/SP.

2. Mesa: Presidente: Rodrigo Martins Cavalcante; Secretária: Daniela Assarito Bonifacio Borovicz.

3. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei n.º 6.404/76. Presente também representante da empresa de auditoria contratada.

4. Ordem do Dia:

4.1 Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como a destinação do Lucro Líquido da Companhia; (ii) Eleger os diretores da Companhia; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos diretores da Companhia.

4.2 Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Eleger os membros do Comitê de Auditoria; e (ii) Ratificar a distribuição de juros sobre capital próprio realizada em 2018.

5. Publicações Legais: Relatório da administração e demonstrações financeiras da Companhia acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicados nos jornais *Diário Oficial do Estado de São Paulo*; e *Jornal O Dia SP*, em 28 de abril 2019, respectivamente nas páginas 26/27 e 20. Considerada sanada a falta de publicação dos anúncios a que se refere o *caput* do artigo 133 da Lei n.º 6.404/76.



Handwritten signatures and initials.

6. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, foram tomadas as seguintes deliberações:

6.1 Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(i) **Aprovação das Contas do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2018 e Destinação do Lucro Líquido.** Foram aprovadas as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram devidamente auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, sendo constatada a inexistência de lucros a distribuir.

(ii) **Eleição da Diretoria.** Foi aprovada a eleição e/ou reeleição dos seguintes Diretores, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020, permanecendo em seus respectivos cargos até a eleição de seus substitutos:

- a) Sr. **Rodrigo Boccanera Gomes**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 09027876-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.862.607-81, com endereço comercial na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar, foi eleito para exercer o cargo de Diretor Administrativo;
- b) Sr. **Rodrigo Martins Cavalcante**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 24.217.492-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 169.132.578-30, com escritório na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar (parte), Itaim, São Paulo – SP, foi eleito para exercer o cargo de Diretor de Gestão, nos termos da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, estando devidamente autorizado para o exercício desta atividade, nos termos do Ato Declaratório nº 11.940 expedido pela Comissão de Valores Mobiliários em 21 de setembro de 2011;
- c) Sr. **Danilo Christófarso Barbieri**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 30.937.394-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 287.297.108-47, com escritório na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar (parte), Itaim, São Paulo – SP, foi eleito para exercer o cargo de Diretor de Administração Fiduciária, estando devidamente autorizado para o exercício desta atividade, nos termos do Ato Declaratório nº 16.085 expedido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de janeiro de 2018, sendo responsável por (i) atividade de administração fiduciária de carteiras de valores mobiliários, nos termos do art. 4º, III, e do art. 4º, §6º da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015; (ii) observância das normas de *suitability*, nos termos da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, e da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013; (iii) operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários, conforme a assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 505, de 27 de



2

[Handwritten signatures and initials]

setembro de 2011; e (iv) estrutura de gerenciamento de capital, nos termos da Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil;

- d) **Sra. Daniela Assarito Bonifacio Borovicz**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 23.557.683-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 320.334.648-65, com endereço comercial na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar, foi eleita para exercer o cargo de Diretora sem designação específica, sendo responsável (i) pelo departamento jurídico da Companhia; (ii) pela atualização dos dados da Companhia no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central - Unicad, nos termos da Circular nº 3.165 do Banco Central do Brasil; (iii) controles relativos à apuração do montante RWA, pelo cálculo dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência - PR, nos termos da Resolução nº 4.193 do Banco Central do Brasil; e (iv) pela prestação de informações, nos termos da Circular nº 3.504 do Banco Central do Brasil;
- e) **Sr. Robson Christian Hermarle dos Reis**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 24.258.171-7 SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.824.418-54, com endereço comercial na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar, para exercer o cargo de Diretor Sem Designação Específica, sendo responsável (i) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, nos termos da Resolução nº 3.198 do Banco Central do Brasil; (ii) pela rotina operacional de contabilidade dos fundos de investimento; (iii) pela custódia de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 542, de 20 de dezembro de 2013; e (iv) pela escrituração de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013;
- f) **Sr. Mário Seganti Athayde Junior**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, portador da cédula de identidade nº 15.548.389-4, inscrito sob o CPF/MF nº 104.663.758-40, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar, foi eleito para exercer o cargo de Diretor de Risco e Controles Internos, sendo responsável (i) pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos, nos termos do art. 4º, IV, da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, das Instruções nº 542 e 543 da CVM, ambas de 20 de dezembro de 2013, bem como do art. 4º, II, da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada; (ii) pela gestão de risco, nos termos do art. 4º, V, da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015; (iii) pela área de ouvidoria da Companhia; (iv) envio de informações relativas à apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares, nos termos da Circular nº 3.398 do Banco Central do Brasil; (v) pelo cumprimento das disposições relativas ao fornecimento de informações de operações de crédito ao Sistema de Informações de Créditos - SCR, nos termos da Circular nº 3.567 do Banco Central do Brasil; (vi) pela gestão do risco operacional, nos termos da Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil; (vii) pelo cumprimento da Política de Responsabilidade Socioambiental, nos termos da



Resolução nº 4.327 do Banco Central; (viii) pelas regras relativas à prevenção da lavagem de dinheiro, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999; e (vix) estrutura de gerenciamento de riscos, nos termos da Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil; e

- g) Sr. **Eduardo Silveira Soluri**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade nº 09650026-9, inscrito sob o CPF/MF nº 016.701.557-57, com escritório na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.451-011, foi eleito para exercer o cargo de Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação, sendo responsável por (i) tecnologia da informação; (ii) segurança da informação; e (iii) sistemas.

Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, tendo ciência do disposto no artigo 147 da Lei das S.A, conforme declarações de desimpedimento arquivadas na sede da Companhia.

(iii) **Remuneração.** A remuneração anual global da Diretoria será de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

6.2 Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

(i) **Eleição dos Membros do Comitê de Auditoria.** Foi aprovada a eleição/reeleição dos seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria da Companhia, todos com mandato de 05 (cinco) anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, permanecendo em seus cargos até a eleição de seus substitutos

- a) Sr. **Rodrigo Boccanera Gomes**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 09027876-3 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 024.862.607-81, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, eleito como *membro*;
- b) Sr. **Danilo Christóforo Barbieri**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 30.937.394-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 287.297.108-47, com escritório na Rua Iguatemi nº 151, 19º andar (parte), Itaim, São Paulo – SP, eleito como *membro*; e
- c) Sr. **Robson Christian Hermarle dos Reis**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 24.258.171-7 SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.824.418-54, eleito como *membro qualificado*.



JUCESP
27 JUN 19

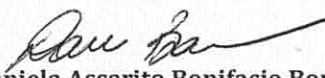
Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos serão empossados em seus cargos, na forma da lei, mediante assinatura dos respectivos termos de posse no livro correspondente, e mediante aprovação do Banco Central do Brasil.

(ii) Ratificação da Distribuição de Juros sobre Capital Próprio. Foi aprovada a ratificação do pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, pagos em dezembro de 2018, no montante de R\$ 302.035,44 (trezentos e dois mil, trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), na forma de legislação em vigor.

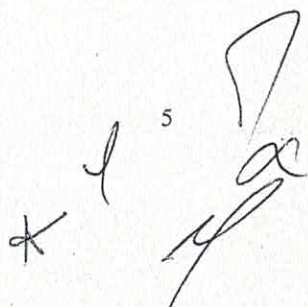
7. **Encerramento:** Depois de lavrada, lida e aprovada esta ata, foi assinada por todos os presentes, bem como pelo responsável pela BDO RCS Auditores Independentes, Sr. Paulo Sérgio Barbosa. **Acionistas:** Maurício da Costa Ribeiro, Rodrigo Martins Cavalcante, Danilo Christóforo Barbieri, e Rodrigo Bocanera Gomes. **Mesa:** Rodrigo Martins Cavalcante - Presidente, e Daniela Assarito Bonifacio Borovicz - Secretária.

A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


Rodrigo Martins Cavalcante
Presidente da Mesa


Daniela Assarito Bonifacio Borovicz
Secretária da Mesa



5


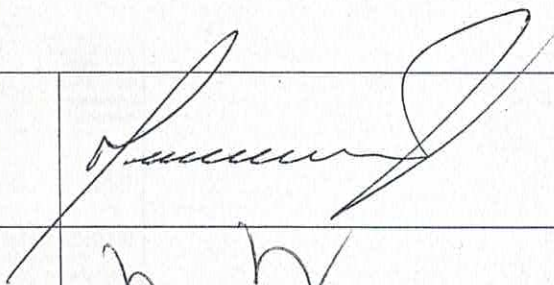
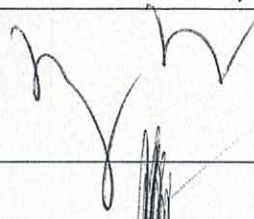
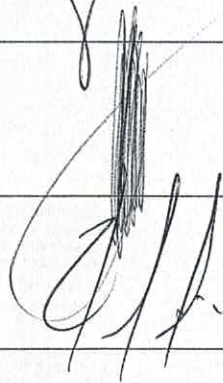

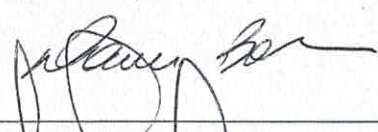
BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

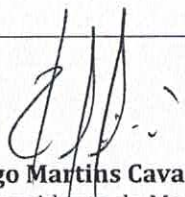
CNPJ/MF nº 13.486.793/0901-42


NIRE 35.300.392.655

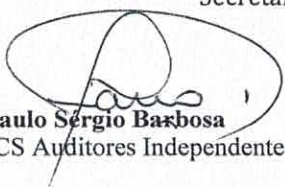
Lista de Presença de Acionistas

**Assembleia Geral Ordinária
realizada em 22 de abril de 2019**

Maurício da Costa Ribeiro	
Rodrigo Boccanera Gomes	
Danilo Christófaró Barbieri	
Rodrigo Martins Cavalcante	
Daniela Assarito Bonifacio Borovicz	
Eduardo Silveira Soluri	


Rodrigo Martins Cavalcante
Presidente da Mesa


Daniela Assarito Bonifacio Borovicz
Secretária da Mesa


Paulo Sérgio Barbosa
BDO RCS Auditores Independentes



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 9487/2019-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 156820

São Paulo, 14 de maio de 2019.

À

BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rua Iguatemi, 151 - 19º andar
01451-011 São Paulo (SP)

A/C do Senhor
Rodrigo Martins Cavalcante - Diretor de Gestão

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 22 de abril de 2019:

- a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2020:

CPF	Nome	Cargo
287.297.108-47	Danilo Christóforo Barbieri	Diretor de Administração Fiduciária
016.701.557-57	Eduardo Silveira Soluri	Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação
104.663.758-40	Mário Seganti Athayde Junior	Diretor de Risco e Controles Internos
024.862.607-81	Rodrigo Bocanera Gomes	Diretor Administrativo
169.132.578-30	Rodrigo Martins Cavalcante	Diretor de Gestão
320.334.648-65	Daniela Assarito Bonifacio Borovicz	Diretor Sem Designação Específica
143.824.418-54	Robson Christian Hermarle dos Reis	

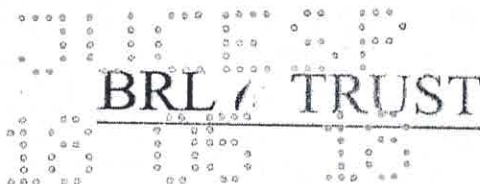
- b) Eleição dos membros do Comitê de Auditoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024:

CPF	Nome	Cargo
143.824.418-54	Robson Christian Hermarle dos Reis	Membro Qualificado do Comitê de Auditoria
287.297.108-47	Danilo Christóforo Barbieri	Membro do Comitê de Auditoria
024.862.607-81	Rodrigo Bocanera Gomes	

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf, Seção 4.14.70.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 - 5º andar - 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725 - Telefax: (11) 3491-6383
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br





BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Artigo 1 - A BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo 1º - A Sociedade tem sede e foro nesta Cidade e Estado de São Paulo, e sua duração será por tempo indeterminado.

Parágrafo 2º - Por deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá criar e extinguir filiais, agências e escritórios, onde convier aos interesses sociais, em todo o território nacional.

Artigo 2 - O objeto da sociedade é:

a) subscrever isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;

b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;

c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;

d) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;



CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Mello, 1413
(Esq. da R. Funchal) - Jd. Pinheiros - São Paulo, SP
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e Presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, doulo
S. Paulo,

150 23 JUL 2019
VÁLIDO SOMENTE
COM O SELLO DE
AUTENTICIDADE

Carlos Siqueira de Aíades
ESCRIVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/V. VERBA - R\$ 3,60

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Mello, 1413
(Esq. da R. Funchal) - Jd. Pinheiros - São Paulo, SP
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e Presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, doulo
S. Paulo,



Carlos Siqueira de Aíades
ESCRIVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/V. VERBA - R\$ 3,60



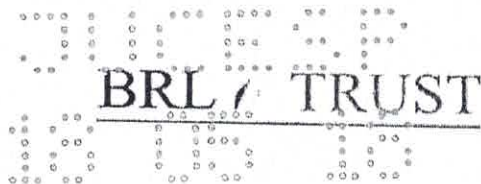
- e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- f) exercer funções de agente fiduciário;
- g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- h) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- i) intermediar operações de câmbio;
- j) praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- k) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- l) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais;
- m) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 3 - É vedado à sociedade:

2

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOT. J.
Av. Dr. Cardoso de Mota, 1855
(Esp. da R. Fun. 111237)
AUT. 111237
CART. 1059B0503544





- a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operações de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;
- b) cobrar de seus comitentes corretagem ou qualquer outra comissão referente à negociação com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária;
- c) adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro no prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central do Brasil;
- d) obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados ao seguinte e desde que observado o limite de duas vezes o respectivo patrimônio de referência para o conjunto dessas operações:

I - aquisição de bens para uso próprio;

II - operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor;

III - operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor;

IV - garantias na subscrição ou aquisição de valores mobiliários objeto da distribuição pública.

- e) dar ordens às sociedades corretoras para a realização de operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na bolsa de valores;

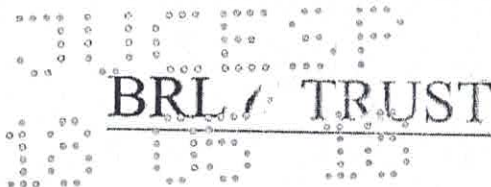
3



CARTÓRIO DO 15º TABELADO DE NOT. 3
Av. Dr. Cardoso de Faria, 1111
(Esq. da R. Funchal) - tel. 214-01111111
AUTENTICAÇÃO - Assinatura de Carlos Siqueira de Ataides
cópia reprográfica ext. 11111111
original apresentada em 11111111
S. Paulo,

15º 08 JUL 2018





f) celebrar contratos de mútuo, tendo por objeto o empréstimo de recursos financeiros com pessoas físicas e jurídicas, financeiras ou não.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4 - O Capital Social é de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações Ordinárias Nominativas, todas sem valor nominal.

Parágrafo único - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 5 - A qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, a companhia poderá emitir ações preferenciais nominativas, de uma ou mais classe, inconversíveis em outra espécie ou classe, com ou sem valor nominal.

Parágrafo 1º - As ações preferenciais a que se refere o *caput* deste artigo não terão direito de voto e farão jus ao recebimento de um dividendo fixo prioritário, não cumulativo, de 6% (seis por cento), calculado sobre o valor nominal ou se tratando de ações sem valor nominal sobre o capital próprio à sua espécie e classe de ações, rateando-se o dividendo entre elas igualmente e gozando, ainda, as referidas ações, de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

Parágrafo 2º - Para efeito de cálculo do dividendo mínimo obrigatório a que se refere o item (II) do artigo 30, será computado o montante do dividendo fixo de que trata o parágrafo 1º supra, atribuído às ações preferenciais.

Parágrafo 3º - Uma vez deliberada a emissão de ações preferenciais, na forma prevista neste

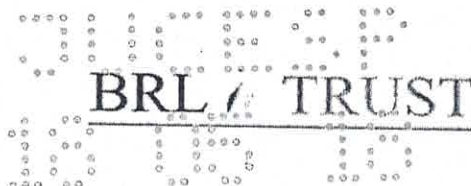
4



23 JUL 2019
Carles Siqueira de Ataides
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. PI VERBA - R\$ 3,80

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO, DO 1º ANDAR
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1100
(Esq. e/à R. Funchal) - Tel. 5080-0000
AUTENTICAÇÃO - Atestado de
cópia reprográfica extraída do
original apresentado
S. Paulo,





artigo, os posteriores aumentos de capital social poderão ser efetuados mediante o aumento de espécies e classes existentes sem guardar proporção com as demais espécies ou classes de ações, conforme sejam os limites previstos em lei.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6 - A administração da sociedade será exercida por uma Diretoria.

Artigo 7 - A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo (i) até 2 (dois) Diretores Administrativos; (ii) 1 (um) Diretor de Administração Fiduciária; (iii) 1 (um) Diretor de Gestão; (iv) 1 (um) Diretor de Risco e Controles Internos; (v) 1 (um) Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação; e (vi) até 2 (dois) Diretores sem designação específica.

Artigo 8 - Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão no desempenho de seus cargos até a posse dos seus substitutos. Os Diretores ficam dispensados de caução, sendo investidos no cargo após aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 9 - Os Diretores têm as atribuições e os poderes necessários para, isoladamente, assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo representá-la ativa e passivamente em juízo e perante terceiros, observado o Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo único - É vedado à Diretoria, em nome da sociedade, conceder garantias e/ou avalizar títulos, prestar fianças ou assumir compromissos estranhos aos objetivos sociais.

Artigo 10 - Sem prejuízo dos poderes gerais de que trata o Artigo 9, todos os atos que exonerarem terceiros de obrigações financeiras para com a sociedade e/ou atos que



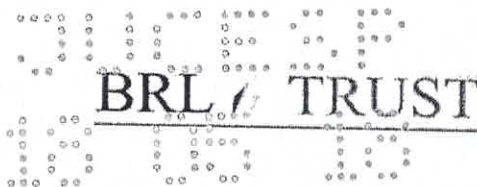
CARTÓRIO DO 15º TÂMARÃ DE SÃO PAULO
Av. Dr. Cardoso de Mello, 1500
(Esq. da R. Funchal) - Tel. (11) 3061-1000
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presença
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, do/da
S. Paulo.

150 23 JUL. 2019
V. JO. SIQUEIRA DE ALMEIDA
AUTENTICAÇÃO

Carlos Siqueira de Almeida
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. PJ VERBA - R\$ 3,60

CARTÓRIO DO 15º TÂMARÃ DE SÃO PAULO
Av. Dr. Cardoso de Mello, 1500
(Esq. da R. Funchal) - Tel. (11) 3061-1000
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presença
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, do/da
S. Paulo.





importem em alienação ou oneração de bens sociais, móveis ou imóveis, excetuados os bens, direitos de titularidade dos clubes ou fundos de investimentos e as propriedades fiduciárias para fins da Lei 8.668, de 25 de junho de 1993, somente serão válidos, quando assinados: (i) por um dos Diretores Administrativos isoladamente; ou (ii) por um procurador designado na forma do Artigo 17, parágrafo 1º.

Artigo 11 - Os honorários dos Diretores serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger.

Artigo 12 - Nos casos de impedimento temporário ou ocasional para o exercício de suas funções, os Diretores se substituirão reciprocamente. Se o impedimento, por qualquer razão, for definitivo, cabe à Assembleia Geral eleger o novo Diretor para o cargo vago.

Artigo 13 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer Diretor.

Artigo 14 - As reuniões da Diretoria só poderão ser instaladas com a presença da totalidade dos Diretores, cabendo um voto a cada Diretor, observado o disposto no artigo 15.

Artigo 15 - Compete à Diretoria:

- executar e fazer executar este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;
- elaborar, mensalmente, balancetes e relatórios econômico-financeiros;
- representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, de acordo com as regras previstas neste Estatuto Social;
- propor a alienação ou aquisição de ativos que representem 5% (cinco por cento) ou mais de seu patrimônio líquido;

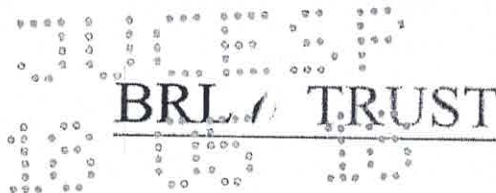
6

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Melo, 1015
(Esq. da R. Funchal) - Tel. 3044-1111
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a cópia reprográfica extraída do original apresentado, do
S. Paulo.

15º

09 APR.





- e) propor a constituição de dívidas ou provisão de ônus e gravames sobre os bens da companhia que representem 5% (cinco por cento) ou mais de seu patrimônio líquido;
- f) propor a emissão de novas ações ou outros títulos e valores mobiliários;
- g) propor a alteração do Estatuto Social da companhia;
- h) estabelecer a política de pagamento de dividendos;
- i) deliberar sobre o critério, os valores e os destinatários dos bônus de performance a serem atribuídos aos membros da Administração e funcionários que fizerem jus a tal premiação;
- j) deliberar sobre a prestação de garantia firme em contratos de "underwriting";
- k) determinar a política de contratação e demissão de pessoal;
- l) escolher os auditores independentes; e
- m) designar e destituir o Ouvidor.

Parágrafo único - A Diretoria deliberará por maioria de votos dos Diretores presentes.

Artigo 16 - Os Diretores Administrativos serão responsáveis pelos atos de gestão em geral da sociedade, tais como: (i) abrir e movimentar contas da sociedade; (ii) assinar cheques e duplicatas; (iii) gestão de caixa; e (iv) prestar garantias em nome da sociedade.

Parágrafo 1º - O Diretor de Administração Fiduciária será o responsável pela atividade de



CARTÓRIO DO 15º DISTRITO DE SÃO PAULO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 111
(Esq. da R. Funchal) - Tel. 3111-1111
AUTENTICAÇÃO - Autenticação de
cópia reprográfica extraída de
original apresentado, dom
S. Paulo,

15º

09 ABR 2018

Carlos Siqueira de

ESCREVENTE AUTORIZADO

CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,00





administração fiduciária de carteira de valores mobiliários, nos termos do art. 4º, III, e do art. 4º, §6º da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, detendo amplos poderes para representar a sociedade na qualidade de administradora de fundos e/ou clubes de investimento, podendo obrigar e desobrigar os fundos, abrir, movimentar de forma ampla e encerrar contas bancárias perante qualquer instituição financeira pública ou privada, no Brasil ou no exterior, bem como perante qualquer entidade de mercado.

Parágrafo 2º - O Diretor de Gestão será o responsável pela atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, especificamente a gestão de recursos, nos termos do art. 4º, III, da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, detendo amplos poderes para representar a sociedade na qualidade de gestora de fundos e/ou clubes de investimento, observadas as disposições previstas nos regulamentos de cada fundo, podendo obrigar e desobrigar os fundos geridos, abrir e encerrar contas bancárias destes perante qualquer instituição financeira pública ou privada, no Brasil ou no exterior, bem como perante qualquer entidade de mercado.

Parágrafo 3º - O Diretor de Risco e Controles Internos será o responsável (i) pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos e (ii) pela gestão de risco, nos termos do art. 4º, IV e V, da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, sem prejuízo de outras atribuições que forem designadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os Diretores sem designação específica e o Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação terão as atribuições que lhes forem designadas pela Assembleia Geral.

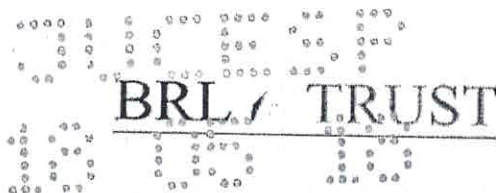
Artigo 17 - A sociedade, representada por quaisquer 2 (dois) diretores dentre os Diretores Administrativos, Diretor de Gestão, Diretores Sem Designação Específica ou Diretor de Administração Fiduciária, poderá constituir procuradores por meio de instrumento público ou particular para (i) representar a sociedade, os fundos ou clubes de investimento, em juízo

8

Cartório do 15º Tabelião de Notas
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1000
(Esp. Cl. R. Funchal) - Tel. (11) 3061-1111
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a cópia
cópia reprográfica extraída de
original apresentado, dou fé.
S. Paulo.

15º 09 ABR 2018





ou fora dele, para fins da cláusula "ad judicia" e "ad negotia"; (ii) representar os fundos ou clubes de investimento para todo e qualquer fim, sem restrições; e (iii) representar a sociedade, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade para a sociedade, fundos ou clubes de investimento, exceto nas hipóteses de que trata o Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º - Caberá exclusivamente aos Diretores Administrativos, em conjunto ou isoladamente, constituir procuradores investidos de poderes especiais para exonerar terceiros de obrigações financeiras para com a sociedade e/ou alienar ou onerar bens sociais, móveis ou imóveis, na forma do que dispõe o Artigo 10.

Parágrafo 2º - Os mandatos outorgados deverão especificar os poderes e o prazo de validade da procuração, que não poderá exceder a 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada para representar a sociedade em juízo, quando o prazo será indeterminado.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 18 - A sociedade terá um Conselho Fiscal nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas, composto de três a cinco membros efetivos e três a cinco suplentes, residentes no país, eleitos em Assembleia, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que a Lei confere.

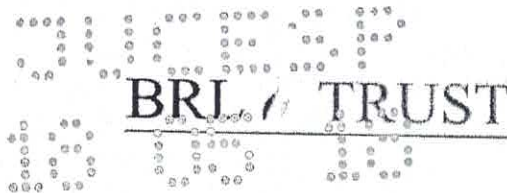
Parágrafo 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, obedecendo as disposições legais vigentes.

Parágrafo 3º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE MORTOS
Av. Dr. Carlos de Mello, 1293
(Esc. da R. Funchal) - Tel. 382.1.111 - S. Paulo
AUTENTICAÇÃO - Aut. 11.1237
cópia reprográfica extraída de original
original apresentado, deu fé
S. Paulo,

15º 09 ABR. 2016
CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE MORTOS
Av. Dr. Carlos de Mello, 1293
(Esc. da R. Funchal) - Tel. 382.1.111 - S. Paulo
AUTENTICAÇÃO - Aut. 11.1237
cópia reprográfica extraída de original
original apresentado, deu fé
S. Paulo,
Carlos Siqueira de Alaiões
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/VERBA - R\$ 3,50

15º 23 JUL. 2019
CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE MORTOS
Av. Dr. Carlos de Mello, 1293
(Esc. da R. Funchal) - Tel. 382.1.111 - S. Paulo
AUTENTICAÇÃO - Aut. 11.1237
cópia reprográfica extraída de original
original apresentado, deu fé
S. Paulo,
Carlos Siqueira de Alaiões
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/VERBA - R\$ 3,50



CAPÍTULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 19 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses, após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo único - A Assembleia Geral indicará Presidente, que escolherá o Secretário.

Artigo 20 - Constituem atos de competência exclusiva da Assembleia Geral aqueles previstos em lei e no presente Estatuto Social.

CAPÍTULO VI - DO COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 21 - A Sociedade contará com um Comitê de Auditoria composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros titulares, todos eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será unificado e de 05 (cinco) anos, permitida a reeleição e respeitadas às limitações regulamentares, prorrogando-se o mandato até a sua efetiva substituição, assim entendida a eleição regular dos novos membros e sua efetiva posse.

Parágrafo 2º - Os membros do Comitê de Auditoria tomarão posse mediante termo lavrado no respectivo "Livro de Ata de Reuniões do Comitê de Auditoria".

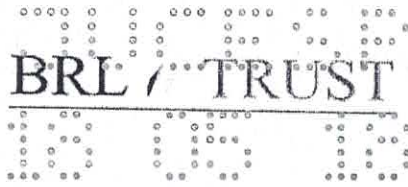
Parágrafo 3º - O quórum mínimo para instalação das reuniões do Comitê de Auditoria será de 3 (três) membros e as decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo 4º - O Comitê de Auditoria reunir-se-á no mínimo trimestralmente (e sempre que seus membros entenderem necessário para a condução regular dos trabalhos), com a Diretoria da Sociedade, a auditoria independente e com a auditoria interna, para verificar



CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 181
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel. 3041-1111
AUTENTICAÇÃO - Autenticado
cópia reprográfica extraída
original apresentado
S. Paulo





o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais reuniões.

Artigo 22 - Os membros do Comitê de Auditoria poderão cumular outros cargos de administração na Sociedade, sendo certo que um deles será obrigatoriamente o diretor responsável pela prestação de informações contábeis perante o órgão regulador, sendo facultada a eleição de até três membros independentes, caso a composição definida na ata de eleição assim permita.

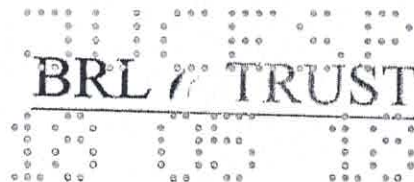
Parágrafo 1º - Não será devida qualquer remuneração adicional aos integrantes do Comitê de Auditoria, por sua participação no Comitê, em virtude de suas respectivas atuações como Diretores da Companhia.

Parágrafo 2º - Verificada a eleição de membros independentes caberá à Assembleia Geral responsável pela eleição fixar-lhes os vencimentos, devendo a remuneração anual aprovada compor o limite global fixado em Assembleia Geral para a remuneração dos administradores.

Artigo 23 - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) estabelecer o regimento interno que regerá seu próprio funcionamento, o qual deve ser formalizado por escrito e formalmente aprovado pela Diretoria da Sociedade;
- b) recomendar, à administração da Sociedade, as entidades a serem contratadas para prestação dos serviços de auditoria independente e interna, bem como sua remuneração e substituição, caso considere necessário;





- c) revisar, previamente à sua publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independentes e internas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes e/ou internos, bem como recomendar aos acionistas a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- g) corrigir e aprimorar políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições e nas atribuições da Diretoria;
- h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria;
- i) reunir-se com o conselho fiscal, se em funcionamento, por sua solicitação, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

12

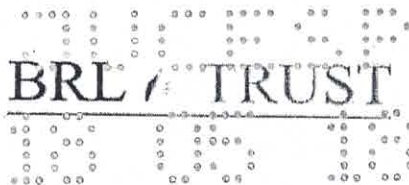
CANTORIO DO 15º T. J. DE SÃO PAULO (RJ NOT. 2)
Av. Dr. Cardoso de Mello, 150
(Esg. e R. Funchal)
AUTENTICAÇÃO - Aut. 111237
cópia reprográfica emitida
original apresentado em
S. Paulo, 2

15º 08 ABR. 2010



15º 23 JUL. 2019
Carlos Siqueira de Almeida
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,60
VALIDO SOMENTE
COM O SELO DE
AUTENTICAÇÃO

[Handwritten signature]



- j) elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do Comitê de Auditoria contendo, no mínimo, as informações mencionadas na Resolução 3198 emitida pelo Banco Central do Brasil;
- k) manter à disposição do Banco Central do Brasil o relatório do Comitê de Auditoria, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos contados de sua elaboração;
- l) publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando suas principais informações;
- m) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VII - OUVIDORIA

Artigo 24 – A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que terá as seguintes atribuições:

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;
- b) atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- c) informar a Diretoria a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 25 – As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

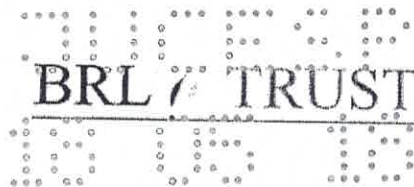
CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel. 3945-0511
AUTENTICAÇÃO
cópia recografada
original apresentado, deu fé.
S. Paulo.

15º

09 ABR. 2018

Carlos Siqueira de Aídes
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,60





- a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total das demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- d) manter a Diretoria da Sociedade informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e
- e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 26 - O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas neste Estatuto ou substituí-lo a qualquer tempo.

Artigo 27 - Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e

14

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esq. Gl'a R. Pol. São Paulo) Tel. 2245-0813/058-5100
AUTENTICAÇÃO e Autenticação e Presença
cópia reproduzida e autenticada conforme
original apresentado
S. Paulo.



BRL TRUST

isenção.

Artigo 28 - A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias à elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 29 - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 30 - A 30 (trinta) de junho e a 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano proceder-se-á ao levantamento das Demonstrações Financeiras, com observância das obrigações previstas em lei. Do lucro líquido verificado ao término do exercício social, será deduzida:

- (I) a percentagem de 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- (II) o pagamento às ações do dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76;
- (III) importância destinada à premiação por desempenho, a ser atribuída aos administradores e funcionários que fizerem jus, segundo critério a ser fixado pela Diretoria, nos termos do previsto no artigo 16, supra. O saldo porventura existente ficará a disposição da Assembleia, que lhe dará o destino conveniente por proposta da Diretoria e, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento nos termos do artigo 132, II, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - A administração da sociedade, observadas as prescrições legais, poderá

15

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1385
(Esq. d/a R. Funchal) - Tel. 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presença
cópia reprográfica e tirada, conforme
original apresentado, dou fé,
S. Paulo.

15º

09

2019

111237

111237

AUTENTICAÇÃO

111237

111237



CARTÓRIO
Av. Dr. Cardoso
(Esq. d/a R. Funchal)
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presença
cópia reprográfica e tirada, conforme
original apresentado, dou fé,
S. Paulo.

15º 23 JUL 2019

Carlos Siqueira de Alaiades
ESCRIVÃO AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,80

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1385
(Esq. d/a R. Funchal) - Tel. 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a Presença
cópia reprográfica e tirada, conforme
original apresentado, dou fé,
S. Paulo.

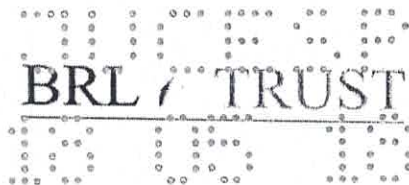
15º 09 2019

111237

AUTENTICAÇÃO

111237

111237



distribuir dividendos intermediários à conta de "Lucros Acumulados" ou de "Reservas de Lucros", existentes no último balanço. Independentemente, por resolução dos órgãos da administração, poderão ser levantados balanços semestrais ou de períodos menores, e os lucros neles verificados poderão ser distribuídos.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observadas a taxa e os limites definidos no art. 9º da Lei 9.249/95.

CAPÍTULO IX - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 31 - A Dissolução e a liquidação da sociedade far-se-ão de acordo com o que resolver a Assembleia Geral, obedecendo-se as prescrições legais.



16

